



Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso

TERCEIRO SETOR: Um estudo das práticas de captação e prestação de contas dos recursos obtidos em entidades filantrópicas de Santana do Livramento – RS.

THIRD SECTOR: A research on fundraising practices and accountability at philanthropic organizations from Santana do Livramento – RS.

TERCER SECTOR: Una investigación de las prácticas de recaudación de fondos y rendición de cuentas en organizaciones filantrópicas de Santana do Livramento – RS.

Daniel Alejandro Pereira Leal
dapleal@yahoo.com

Orientador Msc. Thadeu José Francisco Ramos
thadeuramos@unipampa.edu.br

Coorientador Msc. João Luis Peruchena Thomaz
prof.peruchena@gmail.com

Resumo: As organizações filantrópicas vêm ganhando grande importância por seu potencial de gerar benefícios sociais em áreas desassistidas pelo Estado, utilizando recursos públicos e comunitários para a realização de suas atividades-fim. Assim, este estudo objetivou analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa e com delineamento do estudo de casos múltiplos. A coleta de dados foi feita através de entrevista e análise documental. Mediante a análise dos dados, ficou evidenciado que a insuficiência de recursos financeiros, recebidos dos setores público e privado, constitui seu maior desafio, devendo procurar auxílio na comunidade onde estão inseridas. Em todos os casos, identificou-se a necessidade de melhora no planejamento financeiro a médio e longo prazos, bem como de uma prestação de contas direcionada aos agentes externos. Constatou-se, ainda, a falta de projetos de marketing social.

Palavras-chave: Terceiro setor, prestação de contas, captação de recursos.

Abstract: Philanthropic organizations have been awarded increasing importance due to their great potential to create social benefits on specific areas not assisted by the Government, using public and community resources to the accomplish social objectives. Therefore, this research aimed to analyze fundraising practices and accountability at non-profit organizations assisting children, teenagers and elderly people from Santana do Livramento-RS, Brazil. The research, with a qualitative approach and case study-outlined, made use of structured interview questions and document analysis techniques to perform data collection. Results indicated the need to improve on financial midterm and long term planning as well as on accountability practices towards organizations' external agents. An increase on the number of social marketing projects is an additional necessary improvement.

Keywords: Third sector, accountability, fundraising.

Resumen: Las organizaciones filantrópicas han ganado importancia debido a su potencial en generar beneficios sociales en áreas desasistidas por el Estado, valiéndose de recursos públicos y comunitarios para la realización de sus actividades. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo analizar las prácticas de recaudación de fondos y de rendición de cuentas referentes a la utilización de recursos financieros en organizaciones filantrópicas que asisten a niños, adolescentes y ancianos de la ciudad de Santana do Livramento – RS, Brasil. La investigación, que utilizó un acercamiento cualitativo con delineamiento de estudio de caso, se valió de un guion de entrevista estructurada e investigación documental para realizar la colecta de datos. Como resultado, fue posible identificar que la insuficiencia de recursos financieros recibidos desde los sectores público y privado constituye su mayor desafío, debiendo recurrir por auxilio a sus respectivas comunidades. En todos los casos, se ha identificado la necesidad de mejorar en la planificación financiera a mediano y largo plazos, así como en la práctica de rendición de cuentas dirigida a los agentes externos a estas organizaciones. También se identificó la necesidad de intensificación de proyectos en marketing social por parte de las mismas.

Palabras clave: Tercer sector, rendición de cuentas, recaudación de fondos.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Drucker (2001) o Terceiro Setor é visto, na atualidade, como impulsor do desenvolvimento. Sua importância está nos benefícios sociais e econômicos gerados pelas entidades que o compõe. Assim, sua atividade e seu desempenho vêm sendo acompanhado com muito interesse, especialmente nas últimas três décadas. Este interesse parte dos âmbitos político, econômico, acadêmico e da sociedade em geral, que se constitui na maior beneficiária.

Quanto ao setor político, estas entidades têm ganhado considerável apoio legislativo devido à relevância dos benefícios gerados em áreas sociais geralmente desasistidas pelo Estado. Este apoio surgiu na forma de um arcabouço de disposições legislativas que lhes permite importantes benefícios fiscais e isenções tributárias. Também, foi regulamentado o trabalho não remunerado ou serviço voluntário, de acordo com a Lei nº 13.297/2016, em suas organizações.

Quanto aos recursos necessários para seu funcionamento, a realização das atividades-fim destas organizações depende da captação de recursos financeiros e não financeiros. Estes recursos provêm de Instituições Privadas, do Governo e da sociedade onde estão inseridas. De acordo com Tenório (2006) as propostas dos objetivos das entidades do Terceiro Setor, legalmente regulamentadas, mobilizam recursos da sociedade com a promessa de revertê-los

em seu benefício. Percebendo-se, portanto, o estabelecimento implícito de um compromisso legal e ético destas organizações com seus *stakeholders* quanto à sua eficácia e eficiência.

Neste sentido, é necessário conhecer e melhorar os processos e as práticas existentes visando alavancar a sustentabilidade organizacional. Também é necessário assegurar a geração dos benefícios esperados. Isto resulta essencial em entidades que prestam assistência direta a pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Desta forma, este estudo propôs-se abordar a questão da transparência em organizações do Terceiro Setor. Limitou-se ao conjunto de entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento- RS. Como problema de pesquisa, elaborou-se a seguinte pergunta: quais as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS?

Constituiu-se o objetivo geral: analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS. Para atingir o objetivo geral deste trabalho, estabeleceram-se como objetivos específicos: identificar o perfil dos gestores nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento; identificar o perfil das entidades sem fins lucrativos (ESFL) em Santana do Livramento; identificar as práticas de captação de recursos nas organizações estudadas; analisar o nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras e a prestação de contas.

Justifica-se a importância deste estudo por sua contribuição para uma maior compreensão tanto dos procedimentos financeiros como das principais dificuldades enfrentadas nas entidades sem fins lucrativos. Também, espera-se contribuir para a geração informações que auxiliem os gestores na tomada de decisões estratégicas. Igualmente, para a transparência na gestão e uso dos recursos comunitários e a incorporação ou aperfeiçoamento das boas práticas contábeis para a prestação de contas. Pretende-se como resultado, a geração de vantagem competitiva na forma de um incremento na atratividade destas organizações para potenciais investidores. Isto poderá incrementar as garantias de sustentabilidade destas entidades e, conseqüentemente, aumentar seu desempenho na geração dos benefícios sociais.

O presente trabalho estrutura-se em seis sessões: a presente introdução; na sequência o referencial teórico utilizado como base de entendimento e compreensão do terceiro setor; os procedimentos metodológicos utilizados para responder a questão problema; em seguida a análise e discussão dos resultados; após nossas considerações finais e recomendações para futuros trabalhos; finalmente as referências utilizadas.

A seguir, é desenvolvido o embasamento teórico deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Presente referencial está dividido em três subseções principais, a seguir. Na primeira se discorrerá sobre as generalidades do terceiro setor. A seguinte tratará sobre a captação de recursos. Logo após serão abordadas questões referentes à importância das ferramentas e procedimentos contábeis para uma adequada gestão da transparência e da prestação de contas.

2.1 Generalidades do Terceiro Setor

Diz Drucker (2001, p.13) que “As instituições do terceiro setor são o grande sucesso corporativo nos últimos 50 anos. Elas são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo”. A Fundação

Brasileira de Contabilidade (FBC) (2015), afirma que a utilização do termo remonta-se à década de 1970. Inicialmente, foi empregado por pesquisadores Norte Americanos, espalhando-se a partir da década de 1980 primeiro pela Europa e logo para outras partes do mundo.

O setor ganhou reconhecimento devido aos benefícios sociais que acarretou em áreas desatendidas pelo Poder Público. Principalmente, estes benefícios foram percebidos por seu potencial de geração de postos de trabalho, pelo seu caráter qualitativo e o idealismo das atividades-fim das organizações que o integram. Seus benefícios, estão baseados nos princípios de democracia, cidadania e responsabilidade social. Quanto à conceituação e às principais características do Terceiro Setor, será apresentada a seguir a visão de autores selecionados.

2.1.1 Conceito e características e desafios do Terceiro Setor

Segundo o Instituto Pro Bono; Instituto Filantropia; Instituto Mara Gabrilli (IPB/IF/IMG) (2014), o termo Terceiro Setor faz referência às organizações compreendidas entre o setor Empresarial e o setor Estatal. Constitui-se das organizações privadas, desvinculadas da organização da Administração Pública, cujo objetivo principal não é o lucro e cujas atividades são de interesse social e público.

Tenório (2006, p.11) o define como organizações autônomas, ao referir-se à sua desvinculação com a União, que são “[...]voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”. São organizações que buscam gerar desenvolvimento capaz de produzir “mudanças estruturais da sociedade”.

Na visão da Fernandes (1994) *apud* FBC (2015, p.15), o conceito de Terceiro Setor e construído a partir da natureza e campos de atuação das entidades que o compõe, e o define como os “[...] organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento”.

Cabe também destacar algumas características importantes das organizações que compõe o setor. Alguns autores (Tenório, 2006; Barbosa, Oliveira, 2007; IPB, IF, IMG, 2014) sugerem o voluntariado como um elemento característico do Terceiro Setor. Outra característica importante apontada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) (2016) consiste na destinação dos recursos captados, os quais devem ser aplicados em sua totalidade na consecução dos objetivos-fim de sua constituição. O superávit do exercício deverá ser obrigatoriamente reinvestido em suas atividades-fim em território nacional. Também, as atividades do Terceiro setor contam com regulamentação específica, tópico que será desenvolvido em seguida.

Drucker (1994) aponta os principais desafios enfrentados pelas entidades do Terceiro Setor. O autor chama a atenção para a gerência como fator-chave de sucesso para estas entidades e como ferramenta é essencial para elas. Apontando a necessidade de teorias específicas, explica que a maior parte do conhecimento existente foi desenvolvida para satisfazer as necessidades empresariais, e que às entidades sem fins lucrativos (ESFL) lhes é conferida muito pouca atenção. Também Drucker (1994, p.13-16) sugere que é necessário contar com produção científica adequada às necessidades específicas deste Setor, suas necessidades humanas e organizacionais, destacando “o papel completamente diferente que o conselho diretor desempenha nas mesmas; a necessidade de atrair voluntários, desenvolvê-los e gerenciar seu desempenho; nas relações com uma diversidade de públicos; na arrecadação e administração de fundos”

No próximo tópico, são abordadas questões legislativas.

2.1.2 Regulamentações da legislação brasileira para o Terceiro Setor

A legislação brasileira regulamenta as atividades do Terceiro Setor. De acordo com a FBC (2015) compõe-se, essencialmente, de entidades legalmente constituídas como Pessoas Jurídicas de Direito Privado em Associações, Fundações, Organizações Religiosas, Partidos Políticos, Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sindicatos, Confederações, Federações e Serviços Sociais Autônomos. De acordo com o IPB, IF, IMG (2014) suas organizações poderão obter determinados títulos e certificações – como, por exemplo: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)- e também utilizar simultaneamente outras denominações em sua razão social, por exemplo: Entidade, Instituição ou Organização. Também, a legislação brasileira prevê isenções na tributação do Imposto de Renda tanto à Pessoas Físicas quanto Pessoas Jurídicas, por conta de doações e patrocínios às entidades sem fins lucrativos (ESFL).

Quanto às suas obrigações, o CRCRS (2016) as ESFL elenca as seguintes: obrigações trabalhistas e previdenciárias, obrigações fiscais, obrigações contábeis, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), entre outras. O Terceiro Setor tem como principal obrigação assessoria a prestação de contas e a renovação de Certificações e Titulações. Suas organizações também estão sujeitas às normas e procedimentos contábeis: registro contábil e contabilização de eventos; elaboração e publicação de demonstrações contábeis; guarda e manutenção de documentos fiscais; auditoria independente, de acordo com a Lei nº 11.638/ 2007.

Na subseção seguinte trataremos das captações de recursos que as entidades sem fins lucrativos podem se beneficiar para suas manutenções.

2.2 Captação de recursos

Como fora comentado anteriormente, as ESFL são organizações de direito privado. Nesta condição, e a pesar de que não visam ao lucro como o objetivo principal de sua constituição, fica implícito que elas necessitam de recursos financeiros para garantir sua sustentabilidade econômica e a consecução de seus objetivos-fim, (objetivos sociais). Assim, necessitam promover a geração de renda.

Para Drucker (1994, p.15-16) a captação de recursos financeiros constitui um grande desafio para o Terceiro Setor, e nesse sentido diz: “Hoje, entretanto, as instituições desse setor enfrentam desafios muito grandes e diversos. O primeiro é de converter doadores em contribuintes. [...] E há o segundo grande desafio para as instituições sem fins lucrativos: criar identidade e objetivo comuns”.

Tenório (2006), referindo-se às Organizações Não Governamentais (ONGs), indica a procura por financiamento junto às agências de cooperação internacional. Pereira (2013) propõe a elaboração e o encaminhamento de projetos para instituições nacionais e internacionais como atividade-chave para a captação de recursos financeiros. Recomenda também a realização de algumas atividades com a finalidade de gerar receita, além das atividades próprias da organização. Como exemplo destas atividades, cita: venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais e contratos de prestação de serviços.

Para a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2009), constituem possíveis fontes de recursos para as ESFL: o Estado, Agências Internacionais (Organismos da Organização das Nações Unidas (ONU); Agências Regionais) e o Setor Privado (especificamente: organizações, empresas e indivíduos). Também, como fonte geradora de recursos, faz referência à organização de eventos e campanhas especiais. Apresenta também como outros recursos disponíveis: recursos a fundo perdido; recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados; recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais para financiadores

privados. Recomenda a utilização do marketing social como ferramenta disseminadora da causa.

A Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo (OAB SP) (2011) elenca como fontes de recursos: doações, incentivos fiscais, atividades de geração de renda, apoio de Fundações e Organismos Internacionais e Governo. Também menciona o voluntariado como fonte de recursos não financeira. Como atividades de geração de renda, lista, em primeiro lugar, os fundos patrimoniais, para a geração de rendimentos através de investimentos. Em segundo lugar, a venda de produtos ou serviços, para os quais aconselha prever em estatuto a comercialização de mercadorias ou serviços como meio para a sustentabilidade da entidade.

A OAB SP (2011) adverte para o cuidado de que estas atividades sejam corretamente caracterizadas de acordo com a natureza jurídica da instituição. Especificamente, aconselha a realização da inscrição das atividades junto aos órgãos competentes e o cumprimento de obrigações acessórias. Também relaciona, como formas indiretas de financiamento: a imunidade tributária, a isenção tributária e os incentivos fiscais. Como atividades diretas: contrato, convênio, contrato de gestão, termo de parceria e auxílios e subvenções.

Ainda, quanto às formas de financiamento indireto previstas na Legislação Brasileira, o CRCRS (2016) diz que as organizações que representam o Terceiro Setor, cumprindo com os requerimentos também previstos na legislação, poderão ter acesso à importantes benefícios na forma de imunidade tributária. Estes benefícios afetam patrimônio, renda ou serviços, segundo o Art.150º da Constituição Federal e Art. 9º e 14º do Código Tributário Nacional de 1966.

O CRCRS (2016) também sugere que estas instituições poderão beneficiar-se de isenção tributária, segundo a Lei nº 12.101/2009, Decretos nº 7.300/2010 e 8.242/2014, o qual refere-se especificamente à isenções na contribuição social: PIS e COFINS, segundo o Art. 22º e 23º da Lei nº 8.212/1991, Incisos III-IV do Art. 9º da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, Inciso 1º do Art. 15º e Inciso 7º do Art. 195º da Lei nº 9.532/1997.

Dada a origem de seus recursos e os benefícios previstos na legislação, as ESFL tem uma responsabilidade legal e ética quanto à transparência e prestação de contas à sociedade. Este assunto será abordado na próxima sessão.

2.3 Importância das ferramentas e procedimentos contábeis para uma adequada gestão da transparência e da prestação de contas

Conforme a Fundação Associação de Voluntários em Serviço Internacional (AVSI) (2011), a ferramenta fundamental para controlar as atividades das ESFL é a prestação de contas. Esta deve estar baseada na transparência e na legalidade. Deve expressar exatamente a alocação dos recursos, possibilitando a realização da fiscalização e a cobrança de resultados por parte de investidores, parceiros ou membros da sociedade. O autor também expressa que uma adequada prestação de contas favorece a aprovação de recursos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

Tenório (2006) diz que gerir supõe estar ciente das necessidades da organização e utilizar os recursos em supri-las da forma mais adequada. Assim, deve-se prestar especial atenção às questões relacionadas à prestação de contas de todas as operações realizadas. Isto resulta essencial quando se trata de um setor que administra recursos provenientes de outras organizações (parceiros) que intencionam investir em resultados previamente acordados ou prometidos no planejamento.

Pereira (2013) destaca que, no contexto do Terceiro Setor, as prestações de conta obedecem a períodos curtos (máximo trinta dias) para análise do Previsto Vs. Real. O autor aconselha, então, o uso de programas de controle da prestação de contas e Sistemas de Informação Gerencial (SIG). Sugere que estas ferramentas são fundamentais para na gestão em

entidades com objetivo social. Também enfatiza prestar a devida atenção para adequação às formas próprias de prestação de contas, referindo-se tanto ao ambiente interno quanto ao ambiente externo à entidade.

Consoante a FBC (2015), a prestação de contas constitui uma das principais obrigações das ESFL, tanto no seu âmbito interno (ao órgão deliberativo) quanto ao Governo.

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei (FBC, 2015, p.81).

Também, a FBC (2015, p.104) indica que outro controle fundamental consiste na realização de auditoria, que “envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis”.

Em conformidade com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) (2018, p.26), “As pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos devem adotar as normas contábeis e os critérios apresentados pela Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro”. Portanto, constituem as Demonstrações Contábeis obrigatórias para o Terceiro Setor as seguintes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000.

O CRCRJ (2018, p.26) explica que “A finalidade das demonstrações contábeis é de demonstrar monetariamente os ativos e passivos, e o resultado apurado, utilizando critérios específicos de avaliação, reconhecendo as transações e variações patrimoniais”. Neste sentido, Ramos (2017) apresenta o termo *accountability* como sendo:

[...] obrigação que um indivíduo ou organização tem de prestar contas de suas atividades, de aceitar a responsabilidade por elas e de divulgar seus resultados de forma transparente, incluindo também a responsabilidade por dinheiro ou outros bens que lhe tenham sido confiados (RAMOS, 2017, p.69).

Para Oliveira (2009) existem dois tipos de prestação de contas: financeira e não financeira. A prestação de contas financeira se refere à distribuição, ao destino e ao uso dos recursos financeiros. Já a prestação de contas não financeira refere-se aos resultados obtidos relacionados à missão da entidade, ou seja, da eficácia na consecução dos objetivos da sua atividade-fim.

O autor também diz que as prestações devem ser comparáveis com outros períodos e com outras entidades similares. Denota a necessidade de certa padronização tanto no procedimento utilizado quanto na informação apresentada, para possibilitar assim uma avaliação adequada. Para a prestação de contas financeiras, o referido autor sugere que a utilização dos procedimentos contábeis adequados, que também segundo Oliveira (2009, p.51) “[...] traz um rigor técnico necessário ao estabelecimento da verdade, da comparabilidade, evidencição e transparência”.

Por outro lado, também Oliveira (2009, p.53) afirma que em geral as prestações de contas financeiras das ESFL “apresentam baixo grau de aderência às normas do CFC, [...]”

carecem de melhor assessoria econômico-financeira e contábil” e indica que as ESFL não costumam divulgar suas demonstrações contábeis em sites na internet.

Na sequência, apresenta-se os aspectos metodológicos da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo pretendeu analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros nas organizações estudadas. Neste sentido, segundo Gil (2002, p.42) “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Desta forma, a presente pesquisa foi classificada como de caráter descritivo e exploratória, por que procurou caracterizar as práticas das organizações pesquisadas, de acordo aos objetivos estabelecidos neste trabalho.

Quanto à sua abordagem, a pesquisa foi classificada como qualitativa, pois, como sugere Yin (2001), este estudo não representa uma amostragem, e constituiu seu objetivo realizar uma generaliza analítica das teorias utilizadas como suporte para o mesmo.

O método escolhido foi o estudo de casos múltiplos, que na visão de Gil (2002) consiste no estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, de maneira que permita seu detalhado conhecimento. Por tanto, foi estudado mais de um objeto com foco em entender os processos utilizados em cada um, ainda que estes processos se referem aos mesmos aspectos organizacionais. Também, Yin (2001, p.167) diz que “Os estudos de casos múltiplos geralmente contêm tanto estudos de casos individuais quanto alguns capítulos que apresentam estudos de casos cruzados”.

A delimitação das entidades para a realização do estudo foi realizada segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), que indica um cadastro de 20 ESFL, dedicadas à Assistência Social, em Santana do Livramento. Para este estudo foram escolhidas 12, dentre as 20 entidades cadastradas, por seu trabalho com crianças, adolescentes e idosos. A lista com as doze entidades selecionadas para o estudo, pode ser visualizada no Apêndice I. Destas, foi possível realizar a entrevista em 10 entidades.

No que diz respeito as duas organizações não entrevistadas, a primeira não foi encontrada no endereço registrado e foi dita como fechada por vizinhos do lugar, ainda que de acordo com Receita Federal (2018) seu estado é ativo. A segunda, inicialmente não foi encontrado um endereço, sendo localizada posteriormente. Más, quando finalmente encontrada, não foi estabelecido um contato por haver-se esgotado o tempo previsto para a fase da coleta de dados.

Quanto à aplicação do instrumento de coleta de dados, segundo Yin (2001, p.105) o estudo de caso requer “[...] várias fontes de evidências, ou seja, evidências provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas [...]”. Desta forma, este trabalho utilizou duas técnicas de coleta de dados.

Em primeiro lugar, utilizou-se a análise documental. Yin (2001) comenta as características necessárias dos documentos analisados: documentos administrativos, relatórios, documentos internos, avaliações formais, oferecer informações acuradas e que não permitam interpretações tendenciosas. Especificamente, obteve-se acesso a informações do cadastro destas entidades, fornecidas pela Receita Federal (2018). Estas informações foram: o nome empresarial, o nome fantasia, a data de abertura, a atividade econômica primária, a natureza jurídica, o endereço físico, o endereço eletrônico da entidade, o nome e a qualificação do responsável da organização, a situação cadastral da entidade, a data da situação cadastral da entidade, entre outras.

Em segundo lugar foi utilizado um roteiro de entrevista que foi desenvolvido para servir aos objetivos deste estudo. O mesmo é apresentado no Apêndice II. Nesse roteiro, as questões

1-5 referem-se ao perfil dos gestores, as questões 6-13 ao perfil das entidades, as questões 14-28 à utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras e as questões 29-31 à transparência e prestação de contas.

Yin (2001, p.112) considera a Entrevista quanto forma de coleta de dados como “Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso [...]”. Também segundo Yin (2001, p.112), esta técnica pode assumir formas diversas, pode ser conduzida de maneira espontânea, e possibilita ao entrevistador que “tanto indague respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos”.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas dez entidades. As entrevistas não foram gravadas. No procedimento utilizado, o pesquisador realizou as perguntas de acordo com o roteiro e anotou as respostas no mesmo. Desse modo, ainda que as respostas não foram registradas textualmente, as informações consideradas relevantes foram escritas pelo entrevistador. Em todos os casos, a entrevista realizou-se na sede da entidade. O tempo das entrevistas variou entre 20 e 45 minutos. Dependeu da complexidade da organização, do conhecimento do(s) entrevistado(s) e do número de participantes na entrevista em cada entidade. Os entrevistados foram, em alguns casos, Presidentes da organização. Em outros casos gestores, tesoureiros ou técnicos administrativos. Dependendo da organização, estavam presentes entre um e cinco representantes da entidade na entrevista.

A técnica de análise de dados utilizada é a Análise de Conteúdo que, segundo Campos (2004) produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo. Também quanto à Análise de Conteúdo, Campos (2004, p.613) sugere que “não deve ser extremadamente vinculada ao texto ou técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador [...] nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores [...]”

Para a realização da análise dos dados obtidos, realizou-se a tabulação dos mesmos em uma planilha Excel. O objetivo foi de facilitar a análise dos mesmos, assim como facilitar a construção de quadros e gráficos que posteriormente foram exportados para este documento em formato de imagem.

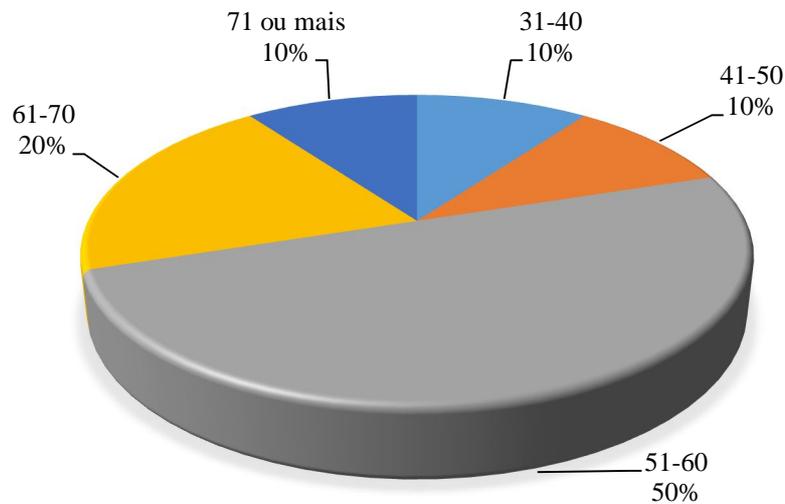
A seguir, apresenta-se a seção de análise e discussão dos resultados obtidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta parte do trabalho, correspondem às 10 entidades entrevistadas nesta pesquisa. Para a discussão dos mesmos, a seção está organizada em quatro subseções. A seguir, a primeira subseção, onde serão apresentados os resultados obtidos, referentes ao perfil dos gestores.

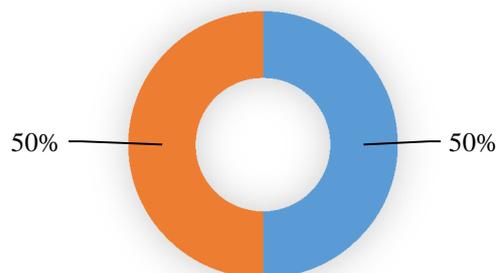
4.1 Perfil dos gestores nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento

Segundo a análise dos dados coletados é possível visualizar os resultados apresentados no gráfico 1, indicando a faixa etária dos gestores das entidades estudadas na cidade de Santana do Livramento.

Gráfico 1 - Faixa etária

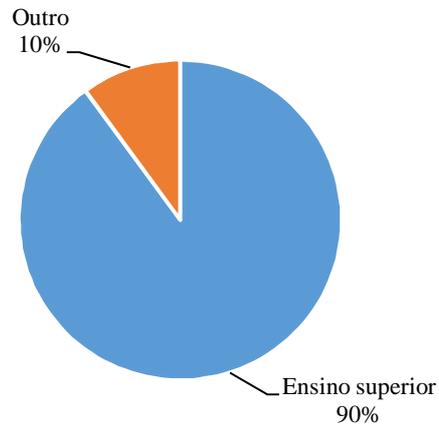
Fonte: elaborado pelo autor

No gráfico 1, é possível observar que 10% dos gestores encontram-se na faixa entre 31 a 40 anos de idade. Também 10% encontram-se entre 41 e 51 anos de idade. 50% encontram-se entre os 51 e 60 anos, 20% entre os 61 a 70 anos e os 10% restantes encontram-se com idades acima de 70 anos. Observa-se então, que a participação de gestores com idade avançada é dominante, com uma representação de apenas 20% com idade inferior aos 51 anos. Na sequência, é possível observar os resultados quanto à sua distribuição por gênero, no gráfico 2.

Gráfico 2- Gênero

Fonte: elaborado pelo autor

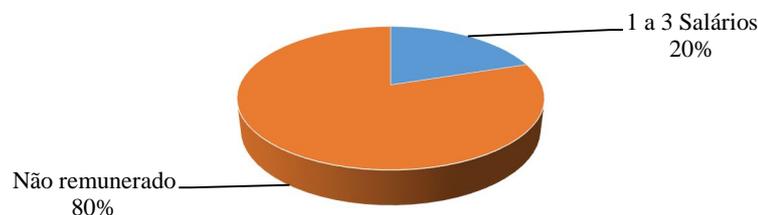
O gráfico 2, indica que 50% dos gestores correspondem ao sexo feminino e 50% ao sexo masculino. Evidencia-se, portanto, a paridade entre a quantidade de gestores de ambos os sexos nas organizações estudadas, na cidade de Santana do Livramento. Os resultados referentes ao grau de escolaridade dos gestores apresenta-se a logo a seguir, no gráfico 3.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade

Fonte: elaborado pelo autor

No gráfico 3 é possível visualizar que 90% dos gestores apresentam, como grau de escolaridade, o ensino superior completo. Os restantes 10% apresentam formação superior incompleta ou outro grau de escolaridade. Assim, quanto às áreas de formação profissional dos gestores destas entidades encontramos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Filosofia e Magistério, sendo que em 30% dos casos possuem entre duas e três graduações.

Outro resultado encontrado, refere-se à remuneração destes gestores, aprestandos no gráfico 4.

Gráfico 4 - Remuneração

Fonte: elaborado pelo autor

Desta forma, o gráfico 4 indica que 80% dos gestores, nas entidades estudadas, realizam um trabalho não remunerado. Por outro lado, os 20% restantes recebem entre 1 e 3 salários mínimos por sua atividade na sua respectiva organização. Assim, é possível observar que o trabalho voluntário é uma realidade também para a maioria dos Gestores destas entidades. Isto reflete o alto grau de comprometimento das pessoas envolvidas nas atividades destas organizações, em todos os níveis de operação das mesmas.

Portanto, segundo os dados coletados e apresentados nesta subseção, é possível estabelecer um perfil dos gestores do terceiro setor em Santana do Livramento, como pessoas maiores de 50 anos, indistintamente do sexo masculino ou feminino, com alto nível de formação acadêmica e que realizam esta atividade de forma não remunerada. Este perfil está suportado pela teoria estudada, pois de acordo com a FBC (2015) as organizações do terceiro setor apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil.

Também, o motivo que leva pessoas com este perfil a realizar estas atividades, poderia estar reforçado pela visão de Drucker (1994), que aponta para o perigo do descaso Governamental, Empresarial e Acadêmico, com o Terceiro Setor, no que tange à falta de teorias

específicas para o setor. O autor também aponta a necessidade de um maior comprometimento estatal e empresarial. Estes setores poderiam estar absorvendo a força de trabalho mais jovem, que precisa construir sua estabilidade econômica, prejudicando áreas essenciais para a sociedade e que estão sendo desassistidas.

A seguinte subseção, apresentará resultados referentes ao perfil das entidades estudadas.

4.2 Perfil das entidades sem fins lucrativos (ESFL) em Santana do Livramento

Os principais resultados obtidos, na coleta de dados, para realizar o levantamento do perfil das entidades estudadas em Santana do Livramento, podem ser visualizados no quadro 1:

Quadro 1 – Resumo das principais características das ESFL estudadas

Itens avaliados	Quantidade de entidades
Atividade econômica primária: Associações de defesa de direitos sociais	9
Manteve sua atividade-fim de fundação	9
Possui certificação / titulação: CEBAS	4
Possui certificação / titulação: OSCIP	1
Possui certificação / titulação: Utilidade Pública Estadual	4
Possui certificação / titulação: Utilidade Pública Municipal	9
Gestão profissional: Possui administrador financeiro	9
Possui pessoal remunerado:	7
Possui voluntários	10

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo os dados apresentados no quadro 1, visualiza-se que 9 entre 10 entidades têm como atividade econômica primária Associações de defesa de direitos sociais. Esse mesmo número de entidades também mantêm sua atividade-fim de fundação, possui certificação de utilidade pública municipal e possui uma gestão profissional contando com um administrador financeiro. Todas as entidades estudadas possuem voluntários ou pessoal não remunerado.

De acordo com dados coletados foi possível conhecer também, que as entidades de Santana do Livramento mantêm uma longa trajetória, com média de 31,3 anos de existência. Este valor constitui a média aritmética calculada de acordo com as idades das 10 entidades estudadas. Isto poderia evidenciar a habilidade de seus gestores e a participação da comunidade, para manter sua existência nesse período de tempo. Em sua grande maioria, mantem-se a atividade-fim desde sua fundação.

O motivo desta longevidade pode estar na importância dos benefícios sociais gerados por elas, essenciais para a qualidade de vida da sociedade local, assim como no compromisso de sua equipe de colaboradores. Este compromisso na colaboração com estas organizações, está suportado pelos autores: Drucker (2001); IPB, IF, IMG (2014); Tenório (2006); FBC (2015). Também foi observado que, na maioria dos casos, estas entidades são geridas por algum de seus membros fundadores. Este fato também pode explicar sua longa permanência em atividade.

Outro elemento concordante com a teoria estudada, é a quantidade de voluntários envolvidos. Observou-se uma quantidade média de 14 voluntários, em relação às 10 entidades estudadas. Esta constitui uma cifra expressiva nas entidades pesquisadas, reforçando a importância do voluntariado para o desempenho destas organizações. Assim constitui a visão dos autores: Tenório (2006); Barbosa, Oliveira (2007) e IPB, IF, IMG (2014).

Com relação à importância de possuir certificações e titulações, constatou-se que todas as entidades possuem algum tipo de certificação. De acordo com IPB, IF, IMG (2014), isto constitui-se em um importante requisito para a captação de recursos de fontes governamentais ou de agências internacionais.

De acordo aos resultados obtidos na pesquisa, também é possível afirmar que, de modo geral, possuem um quadro gerencial com formação adequada para o desempenho de suas funções. Fato que constitui-se em um elemento relevante para o sucesso das organizações, e que é suportado pela visão de Drucker (1994).

A seguir, são apresentadas as práticas utilizadas para a captação de recursos financeiros nas entidades pesquisadas.

4.3 Práticas de captação de recursos nas organizações estudadas

Este estudo também evidenciou que em todas as entidades faltam recursos econômicos e também humanos. Na maioria destas entidades, é travada uma verdadeira batalha, mês a mês, para conseguir cobrir os custos básicos de funcionamento, com por exemplo, gastos com energia. Uma outra dificuldade identificada, foi a de engajar pessoas comprometidas com o trabalho voluntário. Ficou também evidenciada, na maioria dos casos, a dificuldade de manter em atividade no longo prazo, esses voluntários.

Assim, em todos os casos estudados, ficou evidenciada a validade da visão do autor Peter Drucker (1994) referente a que a captação de recursos financeiros constitui um grande desafio para o Terceiro Setor. Que, nesse sentido, sugere que o primeiro grande desafio é de converter doadores em contribuintes e o segundo grande desafio é criar identidade e objetivo comuns.

Quanto às práticas de captação de recursos levantadas nesta pesquisa, descobriu-se que suas principais fontes estão constituídas por doadores permanentes assim como doadores esporádicos ou eventuais. Entre estes, empresas e pessoas físicas. Estas fontes de captação de recursos concordam com a visão dos autores: Drucker (1994), ULBRA (2009) e OAB SP (2011).

Também identificou-se que o encaminhamento de projetos municipais e estaduais utiliza-se como prática de captação, para o qual são necessárias certas certificações ou titulações. Isto vai de acordo com o exposto pelos autores: Pereira (2013), ULBRA (2009), OAB SP (2011) e CRCRS (2016). Outra prática encontrada, refere-se à a realização de eventos e campanhas, o que concorda com o sugerido pelos autores Pereira (2013), ULBRA (2009) e OAB SP (2011).

Por outro lado, observou-se que permanecem sem ser exploradas algumas fontes de captação. Pode-se citar, por exemplo, parcerias ou projetos com agências de cooperação internacional, como sugerido pelos autores: Tenório (2006), ULBRA (2009) e OAB SP (2011). Também, a utilização de recursos a fundo perdido e recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados, como sugerido por ULBRA (2009).

A pesquisa apontou que na maior parte dos casos, a principal fonte de receita está constituída por recursos gerados nas próprias entidades. São os recursos provenientes das campanhas ou eventos organizados por estas. Quanto aos recursos provenientes do Estado, verificou-se que em 2018 algumas entidades, que recebem recursos do governo municipal, tiveram esses recursos retidos. Segundo fora comentado por alguns entrevistados, isto se deveu à falta de adequação das à mudanças na legislação. Esta situação faz referência especificamente a mudanças na Lei número 13.019, Lei do Marco Regulatório, que estabelece novas exigências que não foram atendidas pelas entidades. Essas entidades estão em processo de adequação.

A continuação, apresenta-se a discussão sobre o nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras e prestação de contas.

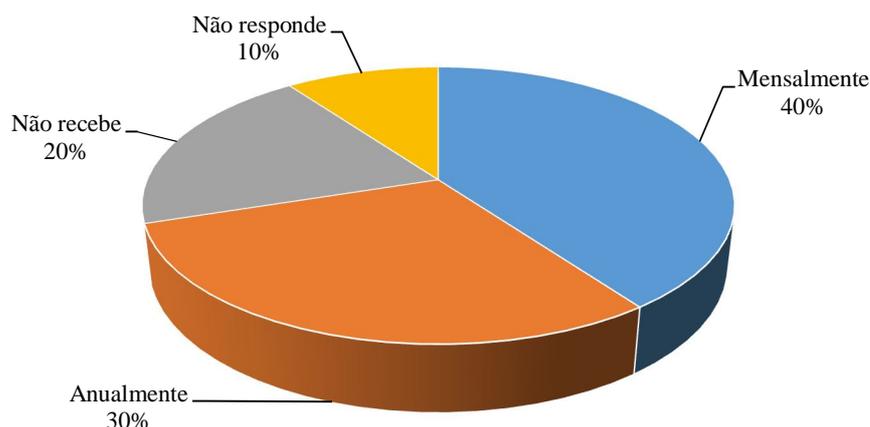
4.4 Nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras e prestação de contas

Esta seção organiza-se em três subseções. A primeira, apresentará a discussão dos dados obtidos quanto à utilização e conhecimento das informações contábeis. A segunda subseção aborda as questões financeiros. A terceira, apresenta os resultados obtidos quanto à transparência e a prestação de contas nas entidades pesquisadas.

4.4.1 Utilização e conhecimento das informações contábeis.

A respeito das informações contábeis, apresenta-se o gráfico 5, onde é possível visualizar o resultado sobre a frequência do recebimento das demonstrações contábeis.

Gráfico 5 - Recebimento de Demonstrações Contábeis

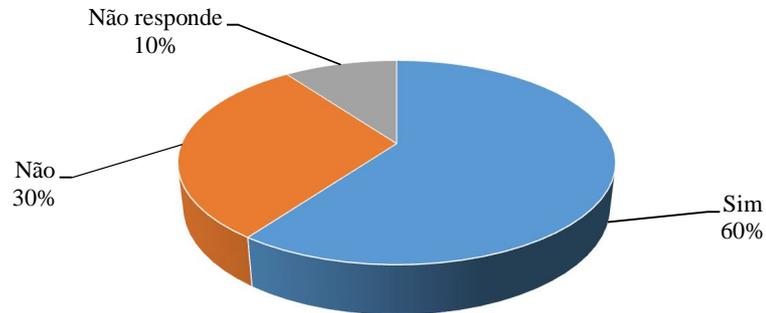


Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 5 mostra que 40% das entidades recebem as demonstrações contábeis mensalmente; já 30% delas, as recebem anualmente; 20% manifestaram não receber demonstrações contábeis e o 10% restante das entidades não respondeu a questão. Observou-se que as demonstrações contábeis são geralmente proporcionadas por serviços contratados de escritórios de Contabilidade, que também auxiliam as entidades com a liquidação dos impostos. Geralmente, estas demonstrações são solicitadas para os fins mencionados, além de ocasiões em que é necessário renovar as certificações. Em muitos casos, as entidades incorrem em gastos significativos para obter estas demonstrações. Assim, seu uso é restringido à estas ocasiões específicas por parte das entidades, ou seja, somente quando estritamente necessário.

A seguir, o gráfico 6 fornece os resultados obtidos quanto à tomada de decisões baseadas nas demonstrações contábeis, por parte destas entidades.

Gráfico 6 - Tomada de decisões baseada nas Demonstrações Contábeis

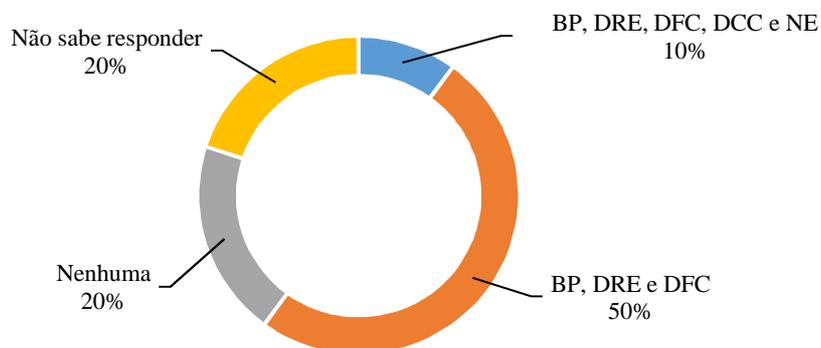


Fonte: elaborado pelo autor

No gráfico 6 pode-se visualizar que 60% das organizações entrevistadas manifestaram tomar suas decisões baseadas nas demonstrações contábeis. 30% manifestaram não basear a tomada de decisões na informação contida nestes documentos. 10% das entidades não responderam à questão. Nesse sentido, alguns respondentes manifestaram que, devido ao baixo nível de complexidade em sua operação, não veem a necessidade de utilização das demonstrações contábeis como base para a tomada de decisões estratégicas. Consideram bastante obvias as prioridades na aplicação dos recursos, devido à grande escassez dos mesmos.

O gráfico 7 indica quais as demonstrações mais recebidas.

Gráfico 7 - Demonstrações Contábeis recebidas



Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 7 indica que 10% das entidades recebem o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração de Composição de Custo (DCC) e as Notas Explicativas (NE). 50% das entidades manifestaram receber o BP, a DRE e a DFC. 20% manifestaram não receber demonstrações contábeis. O 20% restante dos respondentes não souberam responder quais demonstrações contábeis suas entidades recebem.

Desta forma, nos gráficos 5, 6 e 7, é possível observar que uma alta percentagem das entidades recebe, ao menos anualmente, uma grande parte das demonstrações contábeis. Estas manifestam que as utilizam em seus processos de tomada de decisões, o que poderia estar relacionada ao elevado nível de formação dos gestores. De acordo com o CRCRS (2016) a

preparação destas demonstrações quanto ferramentas, constitui uma das obrigações assessórias das ESFL: sua adequação às normas e procedimentos contábeis. Nesse sentido, observa-se que são as demonstrações referidas no gráfico 7, as sugeridas na legislação. Os autores também sugerem que a utilização das informações contidas nestas e em outras demonstrações na tomada das decisões estratégicas e operacionais das entidades, visam maximizar o desempenho da organização nestes aspectos. Sugerem também que, por estas razões, sua importância não deve ser subestimada ou ignorada pelos gestores destas organizações.

Na sequência, os dados referentes à utilização das informações financeiras.

4.4.2 Utilização das informações financeiras

O autor Peter Drucker (1994) aponta a gerência quanto fator-chave de sucesso para as organizações do terceiro setor. Assim, o planejamento e o uso de controles financeiros internos constituem grandes ferramentas para os gestores.

Segue a apresentação do dados sobre o aspecto financeiro destas organizações, no quadro 2.

Quadro 2 – Planejamento financeiro das entidades

Itens avaliados	Quantidade de entidades
Possui planejamento financeiro de curto prazo	7
Possui planejamento financeiro de curto e longo prazo	1
Planejamento financeiro realizado por equipe diretiva	5
Planejamento financeiro realizado pelo Tesoureiro	2
Realiza um controle regular do planejamento	6

Fonte: elaborado pelo autor

As informações no quadro dois, foram também elaboradas tendo-se como referência as dez entidades pesquisadas. No que tange à realização de controles financeiros, percebe-se de acordo às informações apresentadas no quadro 2, que uma parte significativa das organizações não consegue levar adiante um planejamento financeiro. Segundo a maioria dos entrevistados, isto se deve a que os recursos financeiros levantados são tão escassos e a aplicação cotidiana dos mesmos, mês a mês, acaba resultando tão óbvia, que não se faz necessário tal planejamento.

As entidades entrevistadas parecem estar bem cientes de sua capacidade de arrecadação, sempre insuficiente, apesar dos esforços e das campanhas realizadas. Face à limitação das receitas, resta a alternativa de cortar as despesas operacionais, sendo que as mesmas vêm sendo reduzidas ao mínimo necessário para a manutenção das atividades ao longo dos anos.

Ficou evidenciado, que a manutenção das atividades operacionais das organizações pesquisadas, está alicerçada em dois elementos fundamentais, que são: 1. a captação de recursos financeiros junto as diversas fontes: organização de eventos e campanhas, doadores permanentes e eventuais e o encaminhamento de projetos municipais; 2. os recursos humanos, que garantem tanto a parte operacional quanto a parte financeira das organizações. Uma outra constatação, é de que o Estado já não mais é visto, como um parceiro de confiança no que se refere à obtenção de recursos financeiros.

Apresenta-se a seguir, no quadro 3, os resultados obtidos quanto à realização de controles financeiros por parte destas organizações.

Quadro 3 – Realização de controle financeiro interno

Itens avaliados	Quantidade de entidades
Realiza controle financeiro interno	6
Utilização de software para o controle financeiro interno	0
Realiza algum controle de Fluxo de Caixa	7
Considera que o controle financeiro realizado é eficaz	7
Realiza algum controle de Pagamentos e Recebimentos	7
Encontra alguma dificuldade na realização dos controles internos	0
Considera importante a implantação de outro modelo de controle	1
Utiliza as informações do Fluxo de Caixa na tomada de decisões	6
Nas análises das demonstrações realizam cálculos de indicadores financeiros	3
Utiliza o Índice de Liquidez	3

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo o quadro 3, quanto aos controles internos, a maioria das entidades também veem sua aplicação afetada pelo baixo fluxo de recursos financeiros que nelas circulam. Desta forma, os controles são realizados com muito baixo nível de complexidade, ajustando-se às ferramentas e outros recursos disponíveis nestas entidades. Isto acaba facilitando a tarefa das pessoas responsáveis, as quais geralmente cumprem outras funções e responsabilidades dentro das entidades e fora delas.

A seguir, são tratados os esforços realizados por estas entidades quanto à transparência e a prestação de contas.

4.4.3 Esforços organizacionais quanto à transparência e prestação de contas

Do ponto de vista administrativo, este poderia ser o ponto fraco na gestão destas organizações. Porém, como foi apresentado no ponto anterior, isto resulta do baixo fluxo financeiro movimentado. A maior parte destas entidades deveria contratar um serviço externo para a realização destas tarefas. Isto resultaria em incremento das despesas, razão pela qual este serviço somente é contratado quando extremamente necessário. Por exemplo, este serviço é contratado quando há a necessidade de renovar uma certificação. Isto ocorre em média a cada três anos, e se aplica quando a empresa tem projetos governamentais em andamento. O serviço também é contratado quando é necessário realizar a liquidação de impostos e encargos.

A seguir, apresenta-se a os resultados obtidos, no quadro 4.

Quadro 4 – Acessibilidade à informação

Itens avaliados	Quantidade de entidades
A entidade realiza algum tipo de prestação de contas	5
É possível disponibilizar as Demonstrações Contábeis	2

Fonte: elaborado pelo autor

As informações contidas no quadro 4, também devem ser interpretadas dentro do contexto da problemáticas destas entidades. De acordo com o que foi observado, as

Demonstrações Contábeis não estão disponíveis periodicamente, porque as entidades operam em um baixo nível de complexidade. Deve-se, entretanto, destacar que na maioria das situações elas são elaboradas, mas não disponibilizadas no tempo adequado, para a tomada de decisões. Constatou-se ainda, que as organizações possuem um serviço de Contabilidade Externa, contratado (ou voluntário em pouquíssimos casos), que é demandado quando necessário.

Foi mencionado por vários entrevistados, que a prestação de contas é geralmente realizada em reuniões de Diretoria, em ocasiões específicas. Segundo o informado, esses relatórios não só abrangem as finanças, mas também o andamento das atividades-fim. Isto vai de acordo com o que sugere Oliveira (2009) no que se refere a prestação de contas financeira e prestação de contas não financeira.

Por último, a situação das entidades em Santana do Livramento, referente à prestação de contas, vai de acordo com o que sugere também Oliveira (2009), que diz que em geral, neste ponto, as ESFL apresentam baixo grau de aderência às normas do CFC, carecem de assessoria econômico-financeira e contábil e não costumam divulgar suas demonstrações contábeis em sites na internet.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas de captação e prestação de contas no uso de recursos financeiros em entidades filantrópicas que atendem crianças, adolescentes e idosos na cidade de Santana do Livramento – RS. Para tanto, identificou-se o perfil dos gestores nas organizações do terceiro setor em Santana do Livramento; identificou-se o perfil das entidades ESFL em Santana do Livramento; identificaram-se as práticas de captação de recursos nas organizações estudadas e analisou-se o nível de utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras. Para tal fim, foram pesquisadas dez entidades.

Referente às práticas de captação de recursos financeiros, verificou-se que, dentre as apresentadas, as mais exploradas constituem, por sua importância atual nas entidades, em primeiro lugar, os recursos obtidos com a organização de campanhas ou eventos e, em segundo lugar, os recursos financeiros provenientes de fontes governamentais, resultando insuficientes.

Isto evidencia a falta de planejamento a médio e longo prazos. Este planejamento serviria para canalizar parte dos esforços de trabalho destas organizações, de forma a torna-lo regular e constante, na busca de outras fontes de recursos permanentes, resultando em um fortalecimento da estabilidade financeira, da sustentabilidade e na quantificação dos benefícios sociais gerados.

Quanto ao nível de prestação de contas no uso de recursos financeiros, evidenciou-se um baixo nível na prática desta relevante ação, o qual, poderia estar restringindo sua capacidade de captação de recursos financeiros e não financeiros.

As constatações mencionadas nos dois parágrafos anteriores, se implementadas, poderiam potencializar a sustentabilidade destas organizações, especialmente se associadas ao uso eficiente do Marketing Social. Constituíram alguns elementos facilitadores para a realização deste trabalho, a existência de vasta produção científica referente ao tema estudado disponível na internet, na forma de publicações acadêmicas, assim como textos de vários autores mundialmente conhecidos. Destaca-se a excelente atenção recebida em todas as entidades visitadas para a pesquisa, o que demonstra um grande anseio por parte destas, de uma maior atenção dispensada pela comunidade acadêmica.

As limitações do estudo estão associadas, em primeiro lugar, à impossibilidade de acesso às demonstrações contábeis das empresas entrevistadas, não abrangendo outras informações ou verificações. Neste sentido, o IPEA (2011) disponibiliza uma base de dados com informações dos balanços apresentados pelas ONGs cadastradas no país, como instrumento de prestação de contas para o governo, mas infelizmente está desatualizado desde 2011. Outro fator limitador à

destacar, constituiu o fato de que alguns dos respondentes não ter o conhecimento das práticas contábeis das entidades, destaca-se ainda, que a maior parte das informações financeira e contábil, são elaboradas por escritórios de contabilidade, sejam eles contratados ou voluntários. Um terceiro fator limitador foi o fato de que as prestações de contas não financeiras não fizeram parte das análises.

Como sugestões para futuras pesquisas, aponta-se para quatro direções. A primeira seria realizar um estudo extensivo quanto às fontes de recursos financeiros, existentes ou ainda não exploradas, e sua forma de acesso, para auxiliar o terceiro setor. Uma outra oportunidade seria, pesquisar o nível de aderência dos estudantes de graduação em Administração da Fundação Universidade Feral do Pampa (UNIPAMPA), do Campus de Santana do Livramento, à realização de estágios supervisionados em ONGs do Município, sendo que alguns dos entrevistados identificaram esta possibilidade como uma excelente alternativa para a solução de várias dificuldades enfrentadas pelo setor. Uma outra possibilidade de estudo, seria quanto ao nível de capacitação específica voltada para o perfil da gestão no terceiro setor, existente ou necessária na Graduação em Administração. Uma última sugestão, seria realizar um estudo sobre a existência ou a possibilidade de criação de Conselhos Municipais, Estaduais ou Federais, para apoiar o trabalho no cuidado aos idosos, já que existem vários que cuidam de crianças e adolescentes.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **O dinheiro das ONGs: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades - e porque isso é fundamental para o Brasil.** Brasil: [s. n.], 2014. Disponível em:<http://www.fundacaoabh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Novo_manual_E-book.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe de. **Manual de ONGS: Guia prático de orientação jurídica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** Revista brasileira de enfermagem, Brasília (DF), p.611-614, set/out 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Contabilidade do terceiro setor: Igrejas.** Rio de Janeiro: [s. n.], 2018. Disponível em:<<http://webservice.crcrj.org.br/APOSTILAS/A0962P0431.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Terceiro Setor: Guia de Orientação para o Profissional da Contabilidade.** Porto Alegre: [s. n.], 2016. Disponível em:<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

DRUCKER, Peter. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas.** São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. Introdução?. In:STERN, Gary J. **Terceiro Setor: Ferramenta de auto-avaliação para empresas.** São Paulo: Futura, 2001.

FUNDAÇÃO AVSI. A empresa como fator de desenvolvimento do território:

Regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa e do terceiro setor. 2. ed. Belo Horizonte: [s. n.], 2011. ISBN 978-85-89391-06-01. Disponível em: <https://www.avsi.org/upload/publication/0/32.pdf?_636348597979876372>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos para o Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/pesquisa/35/29951>>. Acesso em: 13 set. 2018

INSTITUTO PRO BONO; INSTITUTO FILANTROPIA; INSTITUTO MARA GABRILLI. **Novo Manual do Terceiro Setor**. 1. ed. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://img.org.br/_wps/wp-content/uploads/2016/03/novo_manual2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro**. Recife: O Autor, 2009. [Dissertação de Mestrado, UFPE].

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Captção de recursos para o Terceiro Setor:** Aspectos Jurídicos. São Paulo: [s. n.], 2011. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/captacao_aspjur21092011%20revisada.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PEREIRA, Milton (Org.). **Gestão para Organizações Não Governamentais**. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2013. Disponível em: <<http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Livro%20Gest%C3%A3o%20Para%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20N%C3%A3o%20Governamentais%20-%202013.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2018.

RAMOS, Claudinéli Moreira. Indicadores como ferramenta de comprovação de resultados na área da Cultura?. In: GRADIM, Carlos (Org.). **O terceiro setor na gestão da cultura: A perspectiva a partir do Museu de Arte do Rio**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. p.68-92. Disponível em: <http://www.museudeartedorio.org.br/sites/default/files/o_terceiro_setor_na_gestao_da_cultura.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

RECEITA FEDERAL (Brasil). **Consulta CNPJ**. Disponível em: <<https://consultacnpj.com/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. **Administração do terceiro setor**. IbpeX: Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/28686235/Livro_-_Administra%C3%A7%C3%A3o_do_Terceiro_Setor>. Acesso em: 14 abr. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANPÊNDICE I – Entidades de Santana do Livramento no escopo deste estudo

CNPJ	Nome Empresarial
96042197/0002-81	Sociedade Internacional de Auxílio aos Necessitados (SIAN) (Casa do Idoso Sebastião Peres Filho)
08454608/0001-06	Centro Beneficente Maria Abegahir (S.E.C.E.S.)
09065800/0001-65	Sociedade Eclética Caridade Esperança Solar
96042999/0001-00	Legião da Cruz de Livramento (Centro Social Anglicano Cidade de Meninos)
87512349/0001-90	Conferência São Vicente de Paulo de Livramento
96042247/0001-40	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (Casa da Criança Santa Elvira)
89422653/0001-72	Lar das Meninas de Santana do Livramento
23164716/0001-20	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Santana do Livramento (Movimento de Meninos e Meninas de Santana do Livramento)
02775770/0001-31	Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente
00975471/0001-15	Pastoral da Criança
05956135/0001-49	Projeto Tchê
96042197/0001-09	Sociedade Internacional de Auxílio aos Necessitados (SIAN) (Lar da Velhice Mario Motta)

ANPÊNDICE II – Instrumento de coleta: Roteiro de entrevista

Perfil do gestor

1. Qual é a sua faixa etária:

- a. 21 a 30 b. 31 a 40 c. 41 a 50 d. 51 a 60
e. 61 a 70 f. 71 ou mais.

2. Sexo:

Feminino Masculino

3. Grau de Escolaridade:

- | | |
|---|--|
| a. <input type="checkbox"/> Ensino Superior | b. <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto |
| c. <input type="checkbox"/> Ensino Técnico | d. <input type="checkbox"/> Ensino Médio |
| e. <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto | f. <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental |
| g. <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto | |

4. Caso tenha completado curso de ensino superior ou técnico, em qual área foi o curso:

R.....

5. Com relação ao cargo desempenhado na instituição você percebe algum rendimento:

- a. Não remunerado
 b. de 1 a 3 salários mínimos federal
 c. de 3 a 6 salários mínimos federal
 d. de 6 a 9 salários mínimos federal
 e. Mais que 9 salários mínimos federal

Perfil da Entidade sem Fins Lucrativos

6. A instituição quando começou e a que se destina?

7. Como ela está organizada e estruturada?

8. Possui administrador financeiro?

Qual seu papel?

9. A entidade está legalmente constituída?

Possui estatuto social?

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?

Alvará dos bombeiros?

Alvará de licença da prefeitura?

10. A entidade conhece ou possuiu titulações e certificações que o poder público confere, conforme lei, bem como, os benefícios legais que os mesmos dão às entidades do terceiro setor?

- Título de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
- Título de Organizações Sociais – O.S.
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS
- Título de Utilidade Pública Federal
- Título de Utilidade Pública Estadual
- Título de Utilidade Pública Municipal

11. A entidade possui funcionários? () Quantos? _____

12. Qual o valor da folha de pagamento mensal? _____

13. A entidade possui ajuda de voluntários? () Quantos? _____

Utilização e conhecimento das informações contábeis e financeiras

14. Qual a periodicidade do recebimento das demonstrações financeiras da entidade:

- a. () mensalmente b. () trimestralmente c. () semestralmente
d. () anualmente e. () não recebe

15. A entidade toma decisões baseada nas demonstrações financeiras?

R:

16. Quais demonstrações financeiras a entidade recebe ?

- a. () Balanço Patrimonial - BP
b. () Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
c. () Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
d. () Outras. Cite:

17. A entidade possui algum planejamento financeiro? ()

18. Caso afirmativo a resposta da questão 17, é realizado por quem?

R:

19. O planejamento financeiro é de curto ou longo prazo? R: _____

Ele é controlado? ()

20. A entidade possui controle financeiro interno? ()

Utiliza algum software? ()

21. Elabora algum controle de Fluxo de Caixa? ()

Controle de pagamento e ou recebimentos? ()

22. Caso afirmativo a questão 20, esse controle está sendo eficaz? ()

23. Quais as dificuldades encontradas nesses controles?

24. Internamente quem realiza esses controles?

25. A pessoa encarregada possui conhecimento sobre fluxo de caixa? ()

É necessário e importante a implantação de algum outro modelo de controle? ()

Qual? _____

26. As informações geradas pelo fluxo de caixa são analisadas como subsídios na tomada de decisão pela entidade? ()

27. As demonstrações financeiras são analisadas, realizam cálculos de indicadores financeiros? ()

Quem realiza? _____

28. Em caso afirmativo, a questão 27, com base em qual indicadores realizam?

- a. () Análise de Liquidez
- b. () Endividamento
- c. () Lucratividade
- d. () outro: qual?

29. Quais as formas de captação de recursos financeiros utilizadas?

30. Existe algum tipo de sistema de prestação de contas à:

- a. Investidores ()
Qual ? _____
- b. Sociedade ()
Qual ? _____

31. Seria possível disponibilizar para a pesquisa os Balanços Patrimoniais assim como as Demonstrações de Resultado dos últimos dois exercícios? ()

APÊNDICE III – Tabela de siglas utilizadas

AVSI – (Fundação) Associação de Voluntários em Serviço Internacional
 BP – Balanço Patrimonial
 CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
 CFC - Conselho Federal de Contabilidade
 CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
 COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
 CRCRJ - Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro
 CRCRS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
 DCC – Demonstração de Composição de Custo
 DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa
 DRE – Demonstração de Resultados do Exercício
 EIRELI - Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada
 ESFL - Entidades sem fins lucrativos
 FBC - Fundação Brasileira de Contabilidade
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IF - Instituto Filantropia
 IMG - Instituto Mara Gabrielli
 IPB - Instituto Pro Bono
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 ITG - Interpretação Técnica Geral (NBC ITG); (ver: NBC)

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NE – Notas Explicativas
OAB SP - Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIS – Programa de Integração Social
RS – Rio Grande do Sul
SIG - Sistemas de Informação Gerencial
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital
SRF - Secretaria da Receita Federal
TG – Técnica Geral (NBC TG); (ver: NBC)
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa